



Reforma da Previdência  
**Ajustes aliviam  
impactos para  
servidores**

Páginas 4 e 5



**Novos hábitos**  
Aumento da contribuição reduz  
a renda mensal dos inativos.

Página 7

**Superando déficit**  
Mudanças já surtem efeitos e o sistema  
previdenciário melhora resultados fiscais.

Página 8



Fotos:  
Helder Faria J.L. Siqueira Marcos Lopes

## Expediente:

**Mesa Diretora  
2021/2023**  
(XIX Legislatura)

Presidente

**Max Russi (PSB)**

1º Vice-Presidente

**Dilmar Dal Bosco (DEM)**

2º Vice-Presidente

**Wilson Santos (PSDB)**

1º Secretário

**Eduardo Botelho (DEM)**

2º Secretário

**Janaina Riva (MDB)**

3º Secretário

**Delegado Claudinei (PSL)**

4º Secretário

**Prof. Allan Kardec (PDT)**

## Demais Deputados

Carlos Avallone (PSDB)

Dr. Eugênio (PSB)

Dr. Gimenez (PV)

Dr. João (MDB)

Elizeu Nascimento (DC)

Faissal Calil (PV)

Gilberto Cattani (PSL)

João Batista do Sindspen (PROS)

Lúdio Cabral (PT)

Ondanir Bortolini - Nininho (PSD)

Paulo Araújo (PP)

Sebastião Rezende (PSC)

Thiago Silva (MDB)

Ulysses Moraes (PSL)

Valdir Barranco (PT)

Valmir Moretto (REPUBLICANOS)

Xuxu Dal Molin (PSC)

## SECOM / ALMT

**Rosimeire Felfli**

Secretária de Comunicação Social

**Everaldo Jota**

Secretário-Adjunto de Comunicação

**Marcelo Klein**

Supervisor Executivo de Comunicação

**Ricardo Sardinha**

Gerente de Marketing

**Laís Costa Marques**

**Márcia Andreola**

Editoras

**Marcos Lopes**

Gerência de Fotografia

**Fabiano Cavalcanti de Albuquerque**

**Leonardo Bezerra Oliveira**

**Ricardo Sardinha**

Projeto Gráfico e Diagramação

# EDITORIAL



“**N**ão é razoável que tantos esforços sejam feitos para prolongar a vida humana se não forem dadas condições adequadas para vivê-la.” A frase do médico Marcelo Antônio Salgado, dita em meados de 1999, é atual e necessária às diretrizes sociais da administração pública. E nesse contexto, mais uma vez, a harmonia e o diálogo entre os poderes Executivo e Legislativo nortearam as discussões nesta Casa de Leis para garantir os interesses dos cidadãos mato-grossenses. Desta vez, amparando o idoso primordialmente. O projeto provocou muita discussão em Plenário e todos os deputados garantiram continuar fazendo gestão junto ao governo no que diz respeito à taxa de aposentados e pensionistas. Construída pelo

Parlamento em conjunto com o governo do estado, a Lei Complementar 700/2021 isenta da alíquota previdenciária os aposentados que recebem até R\$ 3.300 e também portadores de doenças incapacitantes até o teto do INSS. É um marco para o povo mato-grossense. E mais. Com a reforma federal aprovada no Congresso Nacional, estados e municípios foram obrigados a olhar o problema do déficit previdenciário de frente e enfrentá-lo. Inicialmente, não se estimava nenhum tipo de isenção aos servidores inativos e portadores de doenças incapacitantes. Hoje, aos moldes da Lei Complementar 700, foi fixada a isenção da cobrança de 14% até o teto do INSS, que é de 6,4 mil reais, quando antes era de um salário mínimo. O impacto positivo na vida dessas pessoas foi gigantesco. Esse é o tema central da quarta edição do Jornal da Assembleia, onde reforço: somos uma geração que facilmente será centenária. Mas não basta sobreviver, é preciso viver com dignidade.

Boa leitura!

**Deputado Max Russi**

Presidente da Assembleia  
Legislativa de Mato Grosso

# PEQUENO EXPEDIENTE

## *Diretrizes aprovadas*

Os deputados de Mato Grosso aprovaram o Projeto de Lei 449/2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2022. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 prevê um orçamento de R\$ 24,368 bilhões. Este valor deverá ser alterado para R\$ 26,5 bilhões na Lei Orçamentária Anual (LOA), que é a última etapa do orçamento do Estado. A previsão de renúncia fiscal é de R\$ 5,3 bilhões e a Revisão Geral Anual (RGA) para os servidores públicos ficou em 6,05%.



## *Trabalhos continuam*

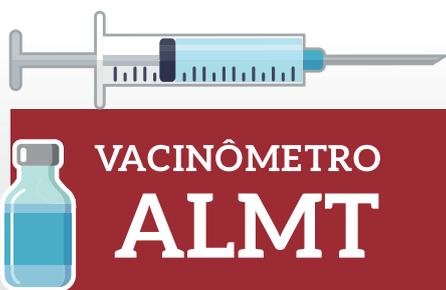
A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Renúncia e Sonegação Fiscal foi prorrogada por mais 180 dias, a contar de 1º de dezembro. A continuidade dos trabalhos foi requerida pelo presidente da comissão, deputado Wilson Santos (PSDB), e aprovada pelos parlamentares durante sessão plenária. A CPI busca apresentar uma proposta para combater a sonegação, melhorar a arrecadação e tornar o produto mato-grossense mais competitivo.



## *Edição especial*

Para dar mais opções para nossos leitores e alcançar outros públicos, a terceira edição Jornal da Assembleia também terá um episódio especial no podcast Capivara na Faixa. A parceria busca aprofundar a apuração sobre a reforma da previdência em Mato Grosso e trazer novos formatos de entrevistas e mais opiniões de especialistas sobre o assunto. Você pode acompanhar nas principais plataformas de áudio ou pelo QR Code aqui ao lado.

Bom episódio!



Até agora  
foram vacinadas

**105.023** pessoas

no Centro de Vacinação da  
Assembleia



## PREVIDÊNCIA

### Ajustes na reforma aliviam impactos para inativos



Flávio Garcia

“**C**onseguimos uma vitória.” Essa é a conclusão do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi (PSB), sobre a aprovação, em primeira e segunda votações, além de redação final, do Projeto de Lei Complementar (PLC) 38/2021, de autoria de lideranças partidárias, que trata da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do Estado de Mato Grosso.

Construído pelos deputados em conjunto com o governo do estado, o PLC, que agora é a Lei Complementar 700/2021, isenta da alíquota previdenciária os aposentados que recebem até R\$ 3.300 e também os portadores de doenças incapacitantes até o teto do INSS.

O projeto provocou muita discussão em plenário e todos os deputados, garantiram continuar fazendo gestão junto ao governo do estado no que diz respeito à taxaço dos aposentados e inativos.

Essa é a avaliação do deputado João Batista (PROS), presidente da CPI da Previdência, que investiga as razões que levaram a pasta, ao endividamento no Estado. “Nós apuramos os motivos para chegar à

situação que chegou, mas sabemos que a reforma aprovada no ano passado já reduziu o déficit anual. O trabalho da CPI tem duas frentes, que é apontar os erros do passado e propor uma contribuição mais justa para os servidores ativos e inativos”, afirma o parlamentar.

A previsão é que o relatório da CPI da Previdência, que está sob a relatoria do deputado Thiago Silva (DEM), entre ainda neste semestre.

**A Reforma - A PEC da Previdência foi promulgada pela Assembleia Legislativa em agosto de 2020. Após seis meses de análise pela Casa de Leis, a proposta contou com duas emendas de autoria das lideranças partidárias. A PEC 06/2020 foi aprovada com quatro votos contrários dos deputados Lúdio Cabral (PT), Paulo Araújo (PP), Valdir Barranco (PT) e Elizeu Nascimento (DC), e teve duas emendas acatadas, as de números 27 e 75.**

Dentre as principais mudanças decorrentes da PEC nº 6/2020 está o aumento da idade mínima para aposentadoria de homens e de mulheres. A proposta também prevê

que a aposentadoria incidirá sobre a média dos salários dos servidores e estabelece uma regra de transição.

A partir de agora, o valor máximo com que um servidor público se aposentará é o mesmo do teto do INSS, no valor de R\$ 6,1 mil. Na prática, os servidores que possuem o salário maior que o teto, poderão aderir a uma previdência complementar para aumentar o valor da aposentadoria.

O deputado Eduardo Botelho (DEM), hoje primeiro-secretário da Assembleia, na ocasião era o presidente da Casa de Leis, destacou que o Parlamento fez a sua parte. “Aprovamos uma lei fruto do entendimento para contemplar os profissionais e o governo. O governador agiu certo, fez a reforma administrativa, enfrentou o agronegócio, aumentou a arrecadação e, com a reforma da previdência, diminui o déficit”, disse.

Já o deputado Lúdio Cabral (PT), que votou contra a PEC, disse na ocasião que “a emenda federal já é ruim e a proposta que a Assembleia Legislativa aprovou é pior ainda”.



Foi ao lado dos servidores públicos que conquistei a maior votação da Assembleia Legislativa e jamais deixarei para trás aqueles que confiaram seu voto em mim. Vou trabalhar com os meus colegas por uma reforma da previdência justa e que trate em igualdade homens e mulheres. Sabemos que a reforma é necessária, mas é preciso que as discrepâncias sejam corrigidas”.

**Janaina Riva (MDB)**

“Foi uma PEC amplamente debatida, está aqui desde o início de março. Foi discutida, todos tiveram oportunidade de apresentar emendas. Votamos em destaque, o que nem é permitido pelo regimento, mas concedemos o destaque para dar oportunidade de o Plenário decidir. O que foi votado é a vontade da maioria dos deputados. Eu acredito que é o melhor. Não saiu como muitos queriam, mas foi a posição da maioria”.

**Eduardo Botelho (DEM)**



“Essa reforma está atrasada há pelo menos 50 anos. O Brasil já deveria ter feito essa reforma. Não existe almoço e nem governo grátis. No futuro, o servidor não vai sofrer com o colapso do sistema e com o atraso de salário”.

**Wilson Santos (PSDB)**

“A reforma da previdência apenas sacrificou ainda mais os servidores públicos, e em especial os aposentados e pensionistas”.

**Lúdio Cabral (PT)**



“Quem está perdendo diante de tudo isso não é o governo e nem a Assembleia, infelizmente são os aposentados e pensionistas que recebem os menores salários. Eles são os mais prejudicados porque tomaram o maior tapa”.

**Paulo Araújo (PP)**

“É a PEC da escravidão, que joga contra o servidor público”.

**Elizeu Nascimento (PSL)**



## ECONOMIA

# Mudanças na previdência afetam a vida do servidor

Renata Neves

**A**s alterações implementadas pela reforma da previdência estadual, em 2020, causaram impactos diretos na vida dos servidores inativos. Na tentativa de amenizar os efeitos gerados pela nova legislação, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou o Projeto de Lei Complementar 38/2021, que está em vigência desde o dia 10 de agosto, na forma da Lei Complementar 700/2021.

A lei fixou a isenção da cobrança da alíquota de 14% até o teto do INSS – que é R\$ 6,4 mil - para aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes. Já os servidores que ganham até R\$ 9 mil passaram a ter isenção sobre R\$ 3,3 mil, incidindo a alíquota de 14% sobre o montante remanescente.

A nova norma alterou trechos da Lei Complementar 654/2020, que estava

em vigor desde o ano passado. O texto não previa nenhum tipo de isenção para servidores inativos portadores de doenças incapacitantes e estabelecia a isenção da alíquota de 14% sobre o valor de um salário mínimo, que atualmente é R\$ 1,1 mil, para aposentados que recebem mais de R\$ 3 mil.

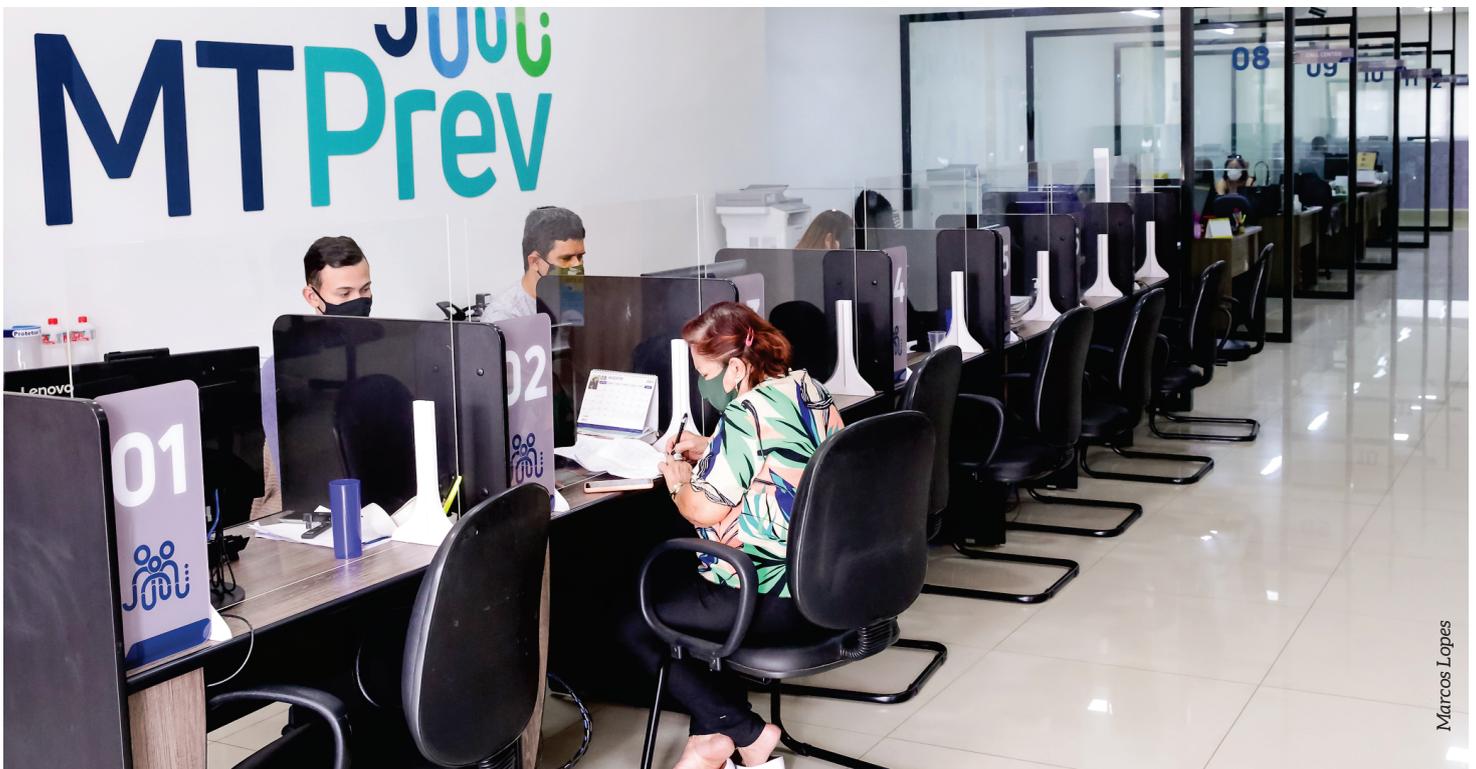
Em relação aos servidores que ganham mais de R\$ 9 mil as regras foram mantidas e eles continuam tendo direito à isenção apenas sobre o valor de um salário mínimo.

A advogada Vanessa Bassi, membro da Comissão de Direitos Previdenciários da OAB-MT, avalia que a Lei Complementar 700/2021 trouxe melhorias e “promoveu uma flexibilização do radicalismo anteriormente imposto pela Lei Complementar 654/2020”.

No entanto, afirma que os impactos

gerados na vida dos servidores aposentados foram grandes e que apenas uma parte da categoria será beneficiada com as mudanças estabelecidas pela Lei Complementar 700/2021. A advogada lembra ainda que antes da publicação da Lei Complementar 654/2020 todos os servidores inativos tinham direito à isenção sobre três salários mínimos.

“ALC 700/2021 fixou a isenção no valor de R\$ 3,3 mil, porém somente para quem recebe até R\$ 9 mil. A isenção é um benefício concedido aos servidores que se aposentaram após muitos anos de serviços prestados e de contribuição com a previdência. Eles pagaram para ter esse direito e agora ele se tornou irrisório”, pondera.



Marcos Lopes

## RENDA

## Redução do poder de compra afeta cotidiano das pessoas

Renata Neves/ Laís Costa Marques

**L**ayde Figueiredo se aposentou após 32 anos de contribuição e sentiu na pele as consequências da incidência da alíquota de 14% em seu salário. Da noite para o dia, durante os primeiros meses da pandemia de covid-19 no Brasil, o desconto que antes era de pouco mais de R\$ 100 passou para quase R\$ 1 mil.

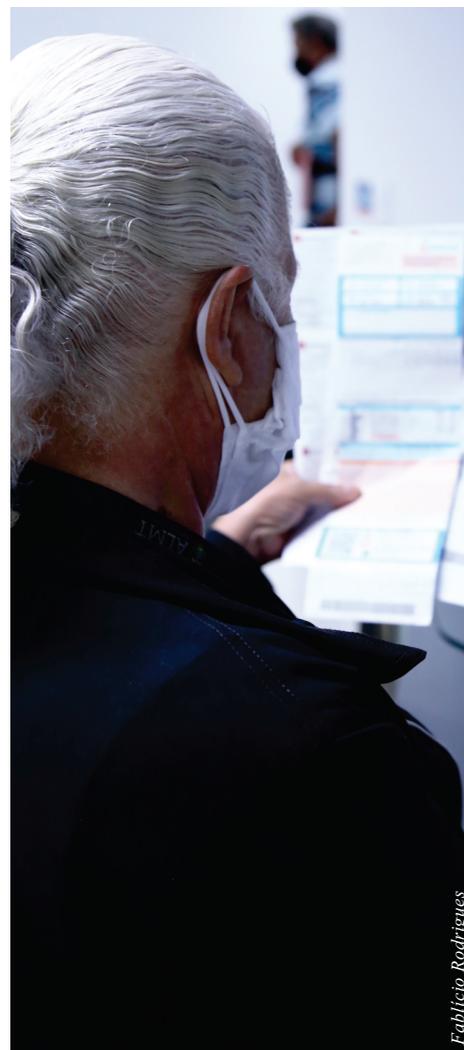
A redução repentina resultou em um desequilíbrio das contas e por alguns meses ela não conseguiu pagar o valor total da fatura do cartão de crédito. “Isso é impactante na vida de qualquer um. É algo que pesa no orçamento e temos que fazer adaptações. É complicado, porque eu tinha uma determinada renda e com um desconto de quase R\$ 1 mil acabou não sendo possível pagar as coisas com tranquilidade”, diz.

De acordo com a economista e professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Cláudia Heck, com o aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14%, os

servidores perceberam uma redução de seu rendimento líquido. Ela destaca, no entanto, que é difícil precisar o impacto dessa redução na economia local, uma vez que essa redução dos rendimentos ocorreu justamente no início da crise provocada pela pandemia.

“Porém, os salários dos trabalhadores, seja do setor público ou privado, têm relação direta com a dinâmica da economia local e sempre que se registra redução dos rendimentos, os trabalhadores serão afetados, assim como a economia de maneira geral”, explica Cláudia.

Agora, com a publicação da Lei Complementar 700/2021, a redução no salário de Layde será menor, uma vez que ela faz parte do grupo de servidores que ganham até R\$ 9 mil. “O aumento do valor de isenção para os segurados do regime próprio é uma conquista importante, pois reflete na renda líquida no momento da velhice, quando necessita de maiores cuidados”, conclui Cláudia Heck



Fabrício Rodrigues

## Endividamento compromete a vida dos aposentados

**A**s mudanças advindas da aposentadoria vão além da rotina e do trabalho. O impacto financeiro muitas vezes pode provocar alguma crise no orçamento familiar. Para avaliar a situação dos servidores inativos, a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (Asapal) fará um levantamento sobre a situação financeira para identificar aqueles que se encontram em algum tipo de dificuldade.

A pesquisa será iniciada em 2022 e partir disso será feito um trabalho

para dar suporte a essas pessoas. A presidente da Asapal, Bárbara Maria Paula Lima, 69, explica que existem muitos casos em que a aposentadoria do servidor inativo é a única fonte de renda familiar e por isso há um comprometimento ainda maior do salário para prover o sustento.

Creuza Carmem da Silva, 60, está se aposentando após 38 de dedicação ao serviço público. Ela diz que o momento é de satisfação pela conclusão dessa etapa, mas também de preocupação com a nova realidade. “A aposentadoria implica

em perda de renda porque uma parte do que recebemos não é incorporado. Se o servidor não tiver cuidado pode acabar tendo problemas. Já vi muitos colegas se endividar depois da aposentadoria”.

O servidor Benedito Pedroso da Silva, 59, se aposentou pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), mas precisou continuar trabalhando para complementar a renda. “O dinheiro da aposentadoria é só para comprar remédio, tive que voltar a trabalhar para pagar o restante das contas”, revela o garçom da Assembleia Legislativa.

## EQUILÍBRIO

Reforma reduz déficit financeiro e garante pagamento de aposentadorias e pensões



Marcos Lopes

Ingridy Peixoto

Um ano após a aprovação das principais mudanças no sistema previdenciário do estado, o diretor presidente do Mato Grosso Previdência (MT Prev), Elliton Oliveira de Souza, destaca a redução no déficit e diz que o Estado se organiza para cumprir o compromisso de pagar pensões e aposentadorias de servidores ativos.

O déficit previdenciário é medido de duas formas. O déficit financeiro mede quanto o governo precisou repassar para a previdência em um ano específico, já o déficit atuarial é caracterizado quando um estudo que projeta os próximos 75 anos da previdência indica que as regras em vigor não serão capazes de garantir recursos para pagar todos os benefícios previdenciários futuramente.

“Antes da reforma da previdência, o déficit atuarial era de 66 bilhões de reais, agora é de 25 bilhões. Em 2019, tivemos o ápice do déficit financeiro, quando o governo teve de repassar R\$ 1.320 bilhão para pagar todos os aposentados e pensionistas. Este ano, esse déficit deve ficar em cerca de R\$ 300 milhões. Então, a

projeção indica redução de um bilhão de reais no déficit anual da previdência de Mato Grosso”, compara Elliton Souza.

O presidente do MT Prev avalia que a reforma aprovada pela Assembleia Legislativa fez ajustes necessários que resultaram na melhora significativa dos dados fiscais previdenciários. “As regras do passado não se sustentavam. Manter o mesmo tempo de contribuição se tornou inviável ao longo do tempo com o aumento da expectativa de vida. Um servidor trabalhando não consegue pagar o benefício de um servidor aposentado”, argumenta Elliton.

Ele lembrou ainda que a reforma aprovada no Congresso Nacional obrigou estados e municípios a enfrentarem o problema do déficit da

previdência, colocando uma série de restrições constitucionais para os entes que não comprovem equilíbrio no sistema previdenciário. “Diante desse cenário, fizemos a conjunção de várias medidas, mexemos na alíquota de contribuição e nas regras de idade e tempo de contribuição, e conseguimos reduzir o déficit”, completa. De acordo com o presidente do MT Prev, os novos números vão permitir que o estado elabore um plano de custeio factível.

Os R\$ 25 bilhões para cobrir as aposentadorias futuras serão juntados ao longo do tempo. A forma de financiamento desse fundo, a que o governo terá obrigação de fazer repasses anualmente, deve ser decidida em setembro e um projeto será encaminhado à Assembleia para definição do modelo.

### CENÁRIO ATUAL

A média do benefício previdenciário pago a aposentados e pensionistas em Mato Grosso é de R\$ 8 mil. Porém, a maioria, formada de professores, recebe abaixo disso. Elliton Souza explica ainda que o processo para concessão da aposentadoria mudou. Antes, mediante a solicitação, o MT Prev tinha 90 dias para buscar os documentos necessários. Hoje o processo é digital e após o recebimento pelo MT Prev, o benefício é garantido entre 30 ou 45 dias.